





**PORTARIA Nº 480/2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Ato nº 068/2014, que instituiu o Sistema de Plantão no âmbito das Promotorias de Justiça do Estado do Tocantins, nos sábados, domingos, feriados, recessos e pontos facultativos;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR ao Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS que permaneça no plantão do dia 25 e 26 de junho de 2016, na 8ª REGIONAL (Palmas).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 481/2016**

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e considerando o processo de remoção de servidores neste Ministério Público,

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER o servidor VAILSON VALENTIM DA SILVA, Analista Ministerial – Ciências Jurídicas, matrícula nº 122513, da 3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis para a 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, a partir de 27 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de junho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**DIRETORIA-GERAL**

**PORTARIA DG Nº 080/2016**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto à 4ª Procuradoria de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010133093201653, datado em 23 de junho de 2016, da lavra da Exmo. Procurador de Justiça, Dr. Alcir Raineri Filho.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do servidor Thiago Piñeiro Miranda, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, marcadas anteriormente de 06/06/2016 a 23/06/2016, assegurando o direito de usufruto desses 18 (dezoito) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 24 de junho de 2016.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procurador de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

## COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

### EXTRATO DA ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Data: 2 de maio de 2016.

Horário de início: 14h40min.

Deliberações:

1 – Apreciação das Atas da 99ª Sessão Ordinária e da 100ª Sessão Extraordinária. Deliberação: aprovadas à unanimidade;

2 – Ato PGJ nº 030/2016, que "Institui e regulamenta o Programa Eletrônico de Registro, Acompanhamento e Organização das Atividades Finalísticas Extrajudiciais do Ministério Público do Estado do Tocantins, denominado Procedimento Eletrônico Extrajudicial – e-Ext". Deliberação: referendado à unanimidade;

3 – Ofício nº 275/2016-2ªPJ. Interessados: Promotores de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Sugestão acerca do controle externo da atividade policial. Deliberação: pelo encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais;

4 – Requerimento. Interessado: Dr. Alzemiros Wilson Peres Freitas, 4º Promotor de Justiça da Capital. Assunto: Solicitação de cumprimento da Recomendação nº 17 do Conselho Nacional do Ministério Público. Deliberação: pelo encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais;

5 – E-Doc nº 07010126701201673. Interessado: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: Sugestão de criação da 2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis e Proposta de remanejamento de uma das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins para criar a 2ª Promotoria de Justiça de Miranorte. Deliberação: pelo encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais;

6 – E-Doc nº 07010126616201613. Interessado: Dr. Paulo Sérgio Ferreira de Almeida, Promotor de Justiça de Augustinópolis. Assunto: Requerimento de restabelecimento das atribuições das Promotorias de Justiça de Augustinópolis, de Axixá do Tocantins e de Itaguatins. Deliberação: pelo encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais;

7 – Requerimento. Interessado: Dr. Paulo Sérgio Ferreira de Almeida, Promotor de Justiça de Augustinópolis. Assunto: Instalação da 2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis mediante o remanejamento da promotoria de justiça não instalada da Comarca de São Sebastião. Deliberação: pelo encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais;

8 – Ofício nº 131/2016-DF. Interessada: Dra. Flávia Afini Bovo, Juíza Diretora do Foro da Comarca de Palmas. Assunto: Solicitação de maior precisão na indicação dos endereços das partes e testemunhas para o cumprimento de mandados. Deliberação: à unanimidade, pelo encaminhamento à Corregedoria Geral do Ministério Público, para a expedição de recomendação aos promotores de justiça;

10 – Minuta de Resolução que visa à regulamentação da remuneração de magistério dos professores que vierem a ministrar cursos no CESAF, que não sejam membros integrantes da carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins. Interessado: Dr. José Maria da Silva Júnior, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF. Proposta formulada pelo Dr. Marco Antonio Alves Bezerra: pela aprovação da minuta condicionada à existência de viabilidade financeira-orçamentária, a ser verificada junto ao Departamento de Planejamento e Gestão. Votação: proposta acolhida à unanimidade;

11 – Questão acerca da sigilosidade adotada nas apreciações de procedimentos disciplinares em sessões. Interessado: Dr. João Rodrigues, Corregedor-Geral. Deliberação: pelo encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais; e

12 – Proposta de integração online entre os integrantes dos Órgãos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Especiais do Ministério Público dos Estados e da União no site do 6º Fórum Virtual Nacional do Ministério Público. Proponente: Dr. Francisco Antonio Souto e Faria, Presidente Executivo do 6º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público. Deliberação: no sentido de que a Secretaria proceda à devida comunicação aos membros da Instituição.

Julgamentos de feitos:

1 – Autos CPJ nº 004/2015. Relatoria: Comissão de Assuntos Institucionais. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Proposta de integração do Núcleo Maria da Penha ao CAOP da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCID. Parecer da CAI: "(...) pela aprovação da proposta, eis que racionaliza a estrutura organizacional do MPTO, sem prejudicar as importantes ações desenvolvidas pelo Núcleo, que serão integradas às atribuições já previstas para o referido Centro de Apoio em suas ações, inclusive com a perspectiva da integração de todas as Promotorias de Justiça com atribuições de defesa e proteção dos Direitos da Mulher, com destaque para as relacionadas à Lei Maria da Penha.". Votação: parecer da comissão acolhido à unanimidade, com a ressalva da manutenção da nomenclatura "Núcleo Maria da Penha" na estrutura organizacional do CAOCID; e

2 – Autos CPJ nº. 004/2016. Relatoria: Comissão de Assuntos Administrativos. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Proposta de revisão geral anual dos subsídios e da VPI dos servidores do Quadro Auxiliar do Ministério Público do Estado do Tocantins. Parecer da CAA: a Comissão, em reunião ocorrida no dia 12/04/2016, ouviu a manifestação dos representantes de classe dos servidores da Instituição e, considerando (1) os pareceres técnicos dos departamentos responsáveis, que indicaram o percentual de reajuste de 11,08% (onze vírgula zero oito por cento), (2) a existência de previsão orçamentária e (3) que a data-base, além de ser um dever legal, constitui uma tradição neste parquet, posicionou-se no sentido de acolher a proposta de revisão geral anual formulada pelo Procurador-Geral de Justiça, para vigorar, quando aprovada pela Assembleia Legislativa, a partir de 1º de maio de 2016. Votação: parecer da comissão acolhido à unanimidade. Horário de Encerramento: 18h.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ

**EXTRATO DA ATA DA 101ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Data: 2 de maio de 2016.

Horário de início: 14h15min.

Eleição dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional:

1) CAOP da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher. Inscritos tempestivamente: João Edson de Souza, Luiz Francisco de Oliveira, Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira e Thaís Cairo Souza Lopes. Resultado da votação: a Dra. Thaís Cairo restou reeleita com 10 (dez) votos; o Dr. João Edson recebeu 2 (dois votos);

2) CAOP do Consumidor. Inscritos tempestivamente: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Luiz Antônio Francisco Pinto, Luiz Francisco de Oliveira e Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Resultado da votação: a Dra. Araújo Cesárea restou reeleita com 10 (dez) votos; os Drs. Luiz Francisco e Paulo Alexandre receberam 1 (um) voto cada;

3) CAOP do Patrimônio Público e Criminal. Inscritos tempestivamente: Alzemiرو Wilson Peres Freitas, Juan Rodrigo Carneiro Aguirre, Luiz Antônio Francisco Pinto, Luiz Francisco de Oliveira, Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira, Paulo Sérgio Ferreira de Almeida, Roberto Freitas Garcia e Vinícius de Oliveira e Silva. Registro de desistência: Juan Rodrigo Carneiro Aguirre. Resultado da votação: os Drs. Vinícius de Oliveira e Paulo Alexandre empataram com 6 (seis) votos para cada.

3.1) Questão de ordem, suscitada pelo Presidente, no sentido de se adotar, por analogia, os critérios de desempate previstos no artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 51/2008, que trata da eleição de Membro do Conselho Superior do Ministério Público. Votação: questão de ordem acolhida por maioria. Coordenador eleito: Dr. Vinícius de Oliveira, mais antigo na carreira;

4) CAOP da Infância e Juventude. Inscrito tempestivamente: Sidney Fiori Júnior. Resultado da votação: o Dr. Sidney Fiori restou reeleito com 12 (doze) votos; e

5) CAOP do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. Inscritos tempestivamente: José Maria da Silva Júnior e Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Resultado da votação: o Dr. José Maria restou reeleito com 12 (doze) votos.

Horário de Encerramento: 14h40min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires  
Secretária do CPJ



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

